



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (11527) Nº 0601238-30.2022.6.00.0000 (PJe) - BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

RELATOR: MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

Advogados do(a) REPRESENTANTE: FERNANDA BERNARDELLI MARQUES - PR105327, MATHEUS HENRIQUE DOMINGUES LIMA - DF70190, GEAN CARLOS FERREIRA DE MOURA AGUIAR - DF61174-A, GUILHERME QUEIROZ GONCALVES - DF37961, MARIA EDUARDA PRAXEDES SILVA - DF48704, EDUARDA PORTELLA QUEVEDO - SP464676, MIGUEL FILIPI PIMENTEL NOVAES - DF57469, VICTOR LUGAN RIZZON CHEN - SP448673, MARCELO WINCH SCHMIDT - DF53599, MARIA DE LOURDES LOPES - SP77513, ANGELO LONGO FERRARO - SP261268-S, VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS - SP153720, EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO - DF4935, CRISTIANO ZANIN MARTINS - SP172730, ROBERTA NAYARA PEREIRA ALEXANDRE - DF59906

REPRESENTADO: JAIR MESSIAS BOLSONARO, WALTER SOUZA BRAGA NETTO, LEANDRO VICTORINO DE MOURA, JEAN CARLOS BORGES

Advogados do(a) REPRESENTADO: TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO - DF11498-A, MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO - DF70829-A, MARINA ALMEIDA MORAIS - GO46407-A, EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO - DF17115-A, ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO - DF40989-A

Advogados do(a) REPRESENTADO: TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO - DF11498-A, EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO - DF17115-A, ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO - DF40989-A, MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO - DF70829-A, MARINA ALMEIDA MORAIS - GO46407-A

Advogado do(a) REPRESENTADO: CAMILA BARBOZA YAMADA - PR70748

Advogados do(a) REPRESENTADO: DIEGO HERRERA ALVES DE MORAES - DF22002, LUCIANO ROBERTO PEREIRA - MG114668, IZABELA PACHECO TELLES - DF0058814, GIOVANNA MILANEZ TAVARES - DF68158, HUGO VASCONCELOS LOULA - BA48360, PAOLA ROSSI PANTALEAO - SP356987, PAULA MOREIRA INDALECIO - SP195105, FERNANDO DANTAS MOTTA NEUSTEIN - RJ0204986, THIAGO LUIS SANTOS SOMBRA - DF22631

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. ABUSO DE PODER POLÍTICO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO. SERVIÇO DE MENSAGERIA. DISPARO

MASSIVO. FAVORECIMENTO À CANDIDATURA. CUSTEIO POR ÓRGÃO PÚBLICO. GASTOS ELEITORAIS. CONTABILIDADE PARALELA. PESSOAS JURÍDICAS. DISSIMULAÇÃO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. Trata-se de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) destinada a apurar a ocorrência de abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação, supostamente perpetrados por meio de disparo massivo de mensagens eleitorais em favor de candidatura presidencial.

2. Para a propositura da AIJE, é preciso que sejam apresentados indícios e circunstâncias que apontem para a ocorrência de condutas aptas, em tese, a configurar alguma das modalidades de abuso. Na ausência desses elementos mínimos, a petição inicial deve ser considerada inepta (art. 22, I, LC nº 64/90 c/c art. 330, § 1º, III, CPC).

3. Na hipótese dos autos, a autora alega que foram realizados disparos em massa de mensagens de texto (SMS), com conteúdo favorável à campanha dos candidatos investigados, a partir de número utilizado por órgão governamental. Alega, ainda, que o custeio seria proveniente de fontes vedadas (pessoas jurídicas), omitidos da prestação de contas, e que foram indevidamente utilizados os dados pessoais de usuários do sistema Paraná de Inteligência Artificial (PIA), detidos pela empresa CELEPAR, contratada pelo Governo do Paraná.

4. A imputação se baseou em matérias jornalísticas sobre o fato e notas públicas nas quais o Governo do Paraná e as empresas envolvidas negavam responsabilidade pelo incidente, atribuído a ataque hacker.

5. Embora os documentos citados nas matérias jornalísticas tenham, de início, constituído indícios de condutas que demandavam apuração, conclui-se, ao final da fase postulatória, assistir razão ao terceiro investigado ao suscitar a inépcia da petição inicial.

6. Isso porque, colhidas informações prévias a respeito dos fatos, constatou-se que as empresas instauraram procedimentos para apurar o ocorrido, demonstrando diligência compatível com o objetivo de elucidar o ataque a seus serviços. Não se colhe do apurado elemento mínimo que corrobore a hipótese de ação ilícita preordenada pelos investigados, sejam os candidatos ou os representantes das empresas contratante e contratada do serviço de mensagens.

7. É ônus da parte autora construir uma narrativa minimamente verossímil sobre as condutas abusivas atribuídas às pessoas investigadas, o que, no caso presente, exigiria demonstrar liame mínimo entre os representantes das empresas ou os suspeitos da prática ilícita e os candidatos investigados ou sua coordenação de campanha.

8. À míngua desses elementos, não se sustenta, em ação de investigação judicial eleitoral, a tese de que os dirigentes das pessoas jurídicas envolvidas no incidente de segurança seriam objetivamente responsáveis pelos disparos.

9. De se notar que os candidatos investigados, no caso em tela, foram apontados como beneficiários, sem que se descrevesse de que forma teriam atuado para coordenar, direta ou indiretamente, a suposta realização dos disparos ilícitos, seja por contrato, seja por atividade de hackeamento.

11. Nessa situação, requerimentos de prova como a requisição amplíssima de documentos, inclusive dados pessoais de servidoras e servidores públicos, revelam-se desproporcionais, razão pela qual se deve impedir que a ação sirva para realizar pescaria probatória (fishing expedition).

12. Assim, em segunda análise, feita ao final da fase postulatória, conclui-se que não está suficientemente apresentada narrativa que, mesmo em tese, permita vislumbrar o abuso de poder político e econômico e o uso indevido dos meios de comunicação como decorrência dos fatos narrados.

13. Preliminar de inépcia da petição inicial acolhida.

14. Processo extinto sem resolução do mérito.

DECISÃO

Trata-se de ação de investigação judicial eleitoral ajuizada pela Coligação Brasil da Esperança contra Jair Messias Bolsonaro, candidato à reeleição para o cargo de Presidente da República; Walter Souza Braga Neto, candidato a Vice-Presidente da República; Leandro Victorino de Moura, Diretor Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Paraná (CELEPAR); e Jean Carlos Borges, Diretor Presidente da Algar Telecom S.A, para apurar suposta prática de abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação.

A ação tem como causa de pedir fática a alegada realização, entre os dias 23 e 24/09/2022, de disparos automáticos de mensagens de SMS com "evidente cunho eleitoral" e "conteúdo antidemocrático e ilegal" em favor da campanha dos investigados, encaminhadas a partir do número 28523, que é de responsabilidade da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR, operado pela empresa Algar Telecom S.A e utilizado para encaminhar aos usuários cadastrados mensagens referentes ao sistema Paraná de Inteligência Artificial (PIA) e ao DETRAN/PR, fato reconhecido pelo Governo do Paraná por meio de nota oficial.

A autora sustenta que:

a) a contratação da empresa Algar para a realização dos disparos beneficiou a campanha dos investigados, que recebeu um indevido incremento financeiro não declarado na prestação de contas e, provavelmente, proveniente de pessoas jurídicas, o que configura abuso de poder econômico;

b) a utilização da base de dados dos usuários do Governo do Paraná para beneficiar a candidatura dos investigados constitui abuso de poder político; e

c) o uso indevido dos meios de comunicação se evidencia pelo disparo em massa de mensagens, com a utilização de dados pessoais coletados para outra finalidade, em violação ao art. 34 da Res.-TSE nº 23.610/2009.

Conclui dizendo que a conduta dos investigados é grave, pois atentou contra elementos basilares da democracia, causando desequilíbrio no pleito.

Requeru produção antecipada de prova, consistente em:

a) requisição ao Governo do Estado do Paraná cópias integrais do procedimento de contratação da empresa terceirizada responsável pelo disparo de mensagens, bem como dos relatórios da respectiva prestação de serviços

b) prestação de informações pelo Governo do Estado do Paraná para: (i) identificar a empresa terceirizada responsável pelo disparo da mensagem, informando respectivo CNPJ, objeto do contrato, data de assinatura e vigência contratual; (ii) identificar servidores públicos responsáveis pela assinatura, gestão e fiscalização do contrato e "todos os servidores com acesso às informações acerca dos serviços prestados; e (iii) esclarecer a "metodologia de funcionamento dos bancos de dados criados a partir da execução do referido contrato e dos servidores públicos e profissionais terceirizados com acesso a tais bases durante toda a vigência do contrato";

c) requisição à CELEPAR, além dos documentos e das informações já solicitados ao Governo do Estado do Paraná, para: (i) identificar os servidores públicos e prestadores de serviços terceirizados com acesso às bases de dados do Sistema "Paraná Inteligência Artificial – PIÁ"; (ii) informar e fornecer documentos sobre "a metodologia de armazenamento dos bancos de dados utilizados para comunicação com os cidadãos do estado do Paraná por meio do nº 28523"; e (iii) relatório e documentos contendo todas as mensagens enviadas aos cidadãos por meio do nº 28523 nos últimos 36 meses;

d) compartilhamento das provas produzidas nos procedimentos investigatórios instaurados pelo Governo do Estado do Paraná, pela Celear e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Pugnou, ainda, pela produção de prova oral, consistente no depoimento pessoal dos investigados Leandro Victorino de Moura e Jean Carlos Borges (ID 158131033).

Admitida a petição inicial, indeferi o requerimento de antecipação da prova, ante a inexistência de risco de perecimento que justificasse sua produção em caráter de urgência, e determinei a intimação das empresas CELEPAR e Algar Telecom S/A, para que informassem se haviam sido interrompidos os disparos de SMS

irregulares, de caráter eleitoral e/ou atentatório às instituições democráticas, pelo número 28523 ou outros sob sua responsabilidade, sob pena de multa diária (ID 158134861).

A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Paraná (CELEPAR) informou que no dia 24/09/2022 desativou todas as funcionalidades de disparo de SMS de suas aplicações e verificou que as mensagens impugnadas foram enviadas da plataforma da empresa terceirizada Algar Telecom S/A, que, instada, desativou a conta "presidente_Bolsonaro_mais_uma_vez", criada clandestinamente em 21/09/2022 para o envio das SMS, e esclareceu que os disparos indevidos partiram do usuário Luan Ferreira Pereira (luanfp@algartelecom.com.br) (ID 158141545).

Acostou aos autos cópia de documentos relativos à apuração empreendida, como Boletim de Ocorrência (ID 158141551), notificação e resposta da empresa Algar Telecom S/A (ID 158141552 e 158141553) e dos ofícios encaminhados pela empresa, relatando os fatos ocorridos ao Tribunal Regional Eleitoral Paraná, à Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná e a este Tribunal Superior Eleitoral.

A empresa Algar Soluções em TIC S/A apresentou informações esclarecendo que celebrou contrato com a CELEPAR, para quem presta "serviços de intermediação para envio e recepção de mensagens curtas (SMS) para usuários do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço Móvel Especializado (SME) por meio de sistema informatizado e serviços correlacionados".

Relatou que, em 24/09/2022, tomou conhecimento de incidente de segurança envolvendo acesso indevido ao sistema de envio de mensagens e adotou as seguintes providências:

- a) instauração de investigação interna, para identificar as causas do evento;
- b) envio de mensagem curta (SMS), a todos os números de telefone atingidos, com advertência para que ignorassem a mensagem anterior;
- c) prestação de informação a este Tribunal Superior Eleitoral e ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná sobre o incidente ocorrido;
- d) envio de comunicado à imprensa sobre o incidente; (v) apresentação de esclarecimentos à Celepar;
- e) apresentação de informações adicionais sobre o incidente ao Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos, da Polícia Civil no Estado do Paraná, no Boletim de Ocorrência nº 2022/989722; e
- f) formalização do Boletim de Ocorrência nº 2022-042327 486-001 perante a Polícia Civil no Estado de Minas Gerais, Delegacia de Uberlândia e Polícia Civil no Estado de São Paulo, Delegacia de Franca.

Informou, ainda, que o disparo de mensagens pelo número 28523 foi interrompido em 24/09/2022, após a identificação do usuário utilizado pelo agente

não autorizado que realizou o envio das SMS, o bloqueio dos acessos a esse usuário e a alteração do número utilizado para o envio de informações relacionadas a atividades prestadas pelo Estado do Paraná, bem como juntou documentos que comprovam a adoção das providências relatadas (ID 158145929).

Citados os investigados, **Jair Messias Bolsonaro** e **Walter de Souza Braga Netto** apresentaram defesa afirmando que não contrataram empresa para realizar envio de mensagens em massa, tampouco solicitaram a seus apoiadores que utilizassem esse meio ilegal de propaganda, pois priorizaram em sua campanha a comunicação por meio de redes sociais. Sustentam que não conhecem a pessoa que realizou o disparo das mensagens e que não tem ciência de nenhum elo entre Luan Ferreira Pereira e sua campanha eleitoral (ID 158175755).

Alegam que o envio das SMS, da forma como realizada, trouxe efeitos negativos à sua campanha e que a acusação de abuso de poder econômico é absolutamente infundada, pois, conforme se extrai das informações prestadas pelas empresas envolvidas, o envio das mensagens não ocorreu a expensas de ninguém, mas sim por espontânea vontade de terceiro, e o custo para o envio da SMS é de apenas R\$ 0,0373, inexistindo emprego desproporcional de recursos patrimoniais. Frisam que não detém poder de gestão sobre os fatos descritos na inicial, os quais não lhes trouxeram qualquer benefício, o que também afasta a possibilidade de configuração de conduta abusiva.

Quanto à imputação de uso indevido dos meios de comunicação, apresentaram dados que demonstram que as mensagens do tipo SMS não possuem relevante penetração dentre a população brasileira, afirmando que esse tipo de disparo, quando realizado episodicamente, não pode ser equiparado a um "meio de comunicação social".

Por fim, asseguram que não há elementos mínimos que indiquem a gravidade das condutas na inicial, pois foram adotadas medidas aptas a cessar o envio de mensagens, aquelas enviadas não continham nenhum dístico de Governo que lhe pudesse atribuir oficialidade ou institucionalidade, o conteúdo da mensagem não tem potencialidade eleitoral e não houve qualquer participação dos candidatos nos fatos narrados.

Pugnam pela improcedência da ação, juntam documentos e arrolaram como testemunhas: a) João Henrique Nascimento de Freitas, Assessor-Chefe do Presidente da República; b) Ciro Nogueira Lima Filho, Ministro-Chefe da Casa Civil; c) Flávio Augusto Viana Rocha, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; d) Fábio Salustino Mesquita de Faria, Ministro das Comunicações; e e) Flávio Botelho Peregrino, Coronel do Exército Brasileiro.

Leandro Victorino de Moura, Diretor-Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Paraná (CELEPAR), apresentou defesa (ID 158182336), arguindo, preliminarmente:

a) inépcia da petição inicial, ante a inexistência de elementos mínimos de prova que demonstrem sua participação nos fatos;

b) ilegitimidade passiva, pois ausente a demonstração de vínculo mínimo de pertinência subjetiva com os suposto ilícito; e

c) falta de individualização das condutas na descrição constante da petição inicial, em prejuízo à ampla defesa e ao contraditório.

No mérito, reitera as informações prestadas pela empresa CELEPAR e afirma que não teve qualquer relação com o disparo de mensagens via SMS, realizado de forma clandestina a partir do sistema da empresa Algar Telecom.

Esclarece que o sistema Paraná de Inteligência Artificial (PIA) não possui banco de dados próprio com números de telefone dos cidadãos paranaenses e que, conforme demonstrado na REP nº 0601236-60, os bancos de dados da CELEPAR estão íntegros e não sofreram vazamento ou utilização indevida por ocasião do incidente de segurança havido na empresa Algar, não havendo falar em utilização indevida de banco de dados em prol de candidatura.

Afirma que, conforme apurado pela Algar Telecom, 53,23% das mensagens foram enviadas para números do Estado de São Paulo, 26,29% para números do Estado do Paraná e 20,47% para números de outros Estados, o que evidencia que não houve utilização do banco de dados da CELEPAR, fato que, aliado à constatação de que não houve acesso à plataforma da contratada Algar a partir da rede da CELEPAR nas datas e horas utilizadas para disparo das mensagens, comprova a inexistência de responsabilidade da CELEPAR no episódio.

Aduz ser infundada e de má-fé a alegação da autora de que a CELEPAR teria contratado a empresa Algar Telecom para favorecer a campanha de Jair Bolsonaro, pois, conforme dados disponíveis no Portal da Transparência, "o contrato nº 1109/2021, firmado entre Celepar e Algar Telecom, foi celebrado em período não eleitoral (maio de 2021), a partir de uma necessidade de a Celepar atender a seus clientes, os quais são Órgãos e Entidades da Administração direta e indireta do Estado do Paraná, os quais, por meio de suas aplicações, prestam serviços públicos de relevância aos cidadãos", não havendo nenhuma ligação entre a contratação e campanhas eleitorais.

Requer a produção de prova pericial, "principalmente nos sistemas e aplicações da Algar Telecom, para que seja possível demonstrar que o incidente ocorreu no ambiente da citada empresa e não na Celepar", e arrola como testemunhas: a) Marco Aurélio Bonato; b) Aníbal André Antunes Mendes; c) André Guilherme Faucz de Lacerda; d) José Enes Mateus; e) Sérgio Luiz Furtado da Rosa; e f) Winfried Helmuth Schumann. Contrapõe-se ao pedido de depoimento pessoal, aduzindo inexistir previsão legal.

Ao final, pugna pelo indeferimento da petição inicial ou, em ordem sucessiva, por sua exclusão do polo passivo da demanda e pela improcedência da ação.

Jean Carlos Borges, Diretor Presidente da Algar Soluções em TIC S/A, apresentou defesa arguindo, em preliminar, sua ilegitimidade passiva, ante a isenção de responsabilidade da operadora de dados, prevista no art. 43, III, da Lei Geral de

Proteção de Dados, e dos seus sócios e gestores, conforme dispõe o art. 42 da referida lei (ID 158185788).

No mérito, ratifica as informações já prestadas pela empresa Algar e afirma, em complementação, que, para preservar provas, coletou as máquinas utilizadas e que estavam na residência do funcionário apontado na apuração inicial, tendo sido detectado que o disparo de SMS foi realizado por meio da plataforma das empresas TService Tecnologia da Informação Ltda. e MT Expert Tecnologia da Informação Ltda. (em conjunto denominadas "Ótima Telecomunicações"), regularmente subcontratadas para a prestação de serviços à CELEPAR.

Aduz que a configuração de conduta abusiva depende de demonstração de ciência prévia, anuência ou da ação comissiva e dolosa de terceiros e candidatos, inexistente nos autos quanto à sua atuação.

Apresentou protesto genérico pela produção de provas e requereu a oitiva de testemunhas: a) Luis Antônio Andrade Lima; b) Guilherme Fernandes Relá; c) Rogério Okada; d) Tulio Toledo Abi-Saber; e e) Iuri Araújo de Mendonça.

Pugna pela extinção do feito sem resolução de mérito ou, caso não acolhida a preliminar, pela improcedência da demanda em relação a si.

Por meio do despacho ID 158479180, a fim de dar início ao saneamento e organização do processo, e em prestígio ao contraditório, tal como preconizado nos arts. 9º e 10 do Código de Processo Civil, determinei a intimação:

a) da autora para que se manifestasse acerca das preliminares arguidas e dos documentos juntados, bem como para que justificasse a pertinência do requerimento de requisição de informações e documentos, facultando a readequação do pedido à luz dos elementos já coligidos;

b) dos réus, para que justificassem os requerimentos de prova testemunhal indicando os pontos fáticos controvertidos a serem dirimidos;
e

c) do réu Leandro Vitorino de Moura, para que justificasse a necessidade da produção da produção de prova pericial para o deslinde do feito.

Os investigados apresentaram justificativa para os requerimentos de prova formulados, nos seguintes termos:

a) Leandro Victorino de Moura afirma que a prova pericial é necessária para esclarecer circunstâncias relativas aos disparos realizados, com vistas a comprovar que não houve a utilização de bancos de dados dos Estado do Paraná e que os disparos não foram custeados pela CELEPAR e prova testemunhal se presta a comprovar que agiu para impedir a perpetuação dos disparos irregulares de SMS, que não foram por si determinados (ID 158523253);

b) Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto sustentam que a oitiva das testemunhas se presta a comprovar que o disparo de SMS não

estava alinhado às estratégias de comunicação da campanha eleitoral ou do Governo Federal, esclarecer as estratégias comunicacionais adotadas e contribuir com informações sobre o alcance e potencial de influência de SMS para a população (ID 158523263); e

c) Jean Carlos Borges alega que o depoimento das testemunhas visa a comprovar que não houve ato institucional da Algar ou autorização sua para o disparo de SMS e requer a substituição da testemunha Iuri Araújo de Mendonça por Gustavo Afonso Bernardes (ID 158523612).

A Coligação investigante, por sua vez, apresentou **réplica** (ID 158529379), rechaçando as preliminares apresentadas pelos investigados e acrescentando ao debate os seguintes argumentos:

a) a análise do abuso de poder econômico deve ser feita a partir do valor pelo qual o Estado do Paraná contratou a empresa CELEPAR, que intermediou o envio das mensagens, correspondente a R\$ 3.887.077,87;

b) as mensagens encaminhadas a partir do banco de dados do Paraná Inteligência Artificial se revestiram de "ares de institucionalidade", ao fazer crer que o Estado do Paraná era a favor da eleição dos investigados;

c) a responsabilidade eleitoral não se restringe àqueles que cometeram o ilícito, estendendo-se também aos beneficiários da conduta investigada;

d) a legitimidade passiva de Leandro Victorino de Moura e de Jean Carlos Borges decorre dos cargos por eles exercidos nas empresas envolvidas no incidente que gerou o irregular disparo de SMS;

e) das diferentes narrativas apresentadas pelas empresas restou incontroverso que houve uma falha no sistema de proteção de dados e segurança da informação que implicou em desequilíbrio do pleito; e

f) nos termos do art. 22 da LC nº 64/1990, para a abertura da investigação judicial eleitoral é suficiente que sejam relatados fatos e indicadas provas e circunstâncias.

A autora sustenta, ainda, que os documentos e informações cuja requisição se pleiteou na inicial são indispensáveis para que se apure se o ilícito foi perpetrado de forma individual ou não e se houve o envolvimento de algum servidor ou funcionário responsável pela fiscalização e monitoramento dos dados pessoais indevidamente utilizados.

As empresas MT Expert e TService, subcontratadas pela empresa Algar para prestar os serviços contratados pela CELEPAR, espontaneamente apresentaram manifestação, esclarecendo e diferenciando os serviços prestados por cada uma delas e afirmando que os disparos impugnados na demanda foram realizados a partir da plataforma da empresa MT Expert, que era gerida pela Algar e pela CELEPAR.

Relatam os resultados de uma investigação realizada por uma consultoria independente, que concluiu que "o acesso à Plataforma, ao que tudo indica, se deu

dentro do ambiente da ALGAR e da CELEPAR, sem qualquer participação, anuência, ciência ou ingerência por parte da MT EXPERT”, por meio de acessos legítimos feitos pelo usuário Luan Ferreira Pereira e sem que haja notícia sobre eventual acesso irregular, quebra de segurança, ou acesso não autorizado do referido usuário (ID 158503846).

Por meio da petição de ID 158550399 procedem à juntada de documentação relativa ao Processo SEI nº 00261.002036/2022-71, instaurado perante à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e do parecer técnico mencionado em sua manifestação anterior (ID 158550405).

Considerando as informações prestadas pelas partes, relativas à instauração de diversas investigações administrativas e policiais para apurar os fatos que ensejaram a propositura da presente demanda, por meio do despacho de ID 159309599 determinei que fossem requisitadas informações atualizadas acerca dos resultados das investigações à CELEPAR, à Algar, ao Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná, às Delegacias de Polícia Civil de Uberlândia e de Franca e à Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil do Paraná.

Sobrevieram aos autos as seguintes atualizações acerca das investigações realizadas:

a) pela Algar: concluiu que os disparos ocorreram a partir da utilização indevida e não autorizada de duas contas de credenciais de funcionários da Algar Telecom e da Celepar, acessadas por meio de conexão não autorizada de um dispositivo não gerenciado pela Algar à rede VPN da empresa (ID 159542295);

b) pela Delegacia de Polícia Federal em Uberlândia: foi instaurado o IP 2022.0069500-DPF/UDI/MG e apreendidos 2 notebooks da empresa Algar, os quais foram encaminhados à perícia, para extração dos dados relevantes (ID 159590663);

c) pela CELEPAR: a apuração realizada pela empresa Ernst & Young Assessoria Ltda. confirmou que os disparos de SMS não partiram do ambiente computacional da CELEPAR, não utilizaram dados pessoais hospedados pela empresa e não foram objeto de pagamento, pois realizados fora do escopo do contrato nº 1109/2021, firmado com a empresa Algar (ID 159594737); e

d) pela ANPD: o processo foi arquivado ante a conclusão de que os disparos de SMS não envolveram violação, vazamento ou tratamento inadequado de dados coletados, armazenados ou processados pelo Governo do estado do Paraná ou pelas empresas CELEPAR, Algar Telecom S.A., Ótima Technology Ltda. e MT Expert Tecnologia da Informação Ltda (IDs 159673817 e 159673819).

Relatados, assim, os principais atos até aqui ocorridos, passo a decidir.

Ao término da fase postulatória, cabe ao magistrado promover o julgamento conforme o estado do processo. Uma das possibilidades que se abre é a extinção do processo sem resolução do mérito, sendo que, mesmo nesse momento, é possível aplicar as hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 354, c/c art. 485, I, CPC).

A previsão demonstra que, no sistema processual brasileiro, o exame de requisitos processuais não preclui, podendo (e devendo) o magistrado a ele retornar caso a contestação traga elementos que indiquem a deficiência da demanda ajuizada.

Assim, é adequado, nesse momento, reavaliar se estão presentes elementos suficientes para seu processamento da ação, dentre os quais a apresentação de indícios mínimos de ocorrência de condutas aptas, em tese, a configurar alguma das modalidades de abuso. É necessário conferir se a parte autora foi capaz de romper a inércia da jurisdição, o que exige, entre outros pressupostos processuais, a aptidão da petição inicial.

Esse conceito é extraído, contrario sensu, do § 1º do art. 330 do CPC, que descreve características que tornam a petição inicial inepta e, portanto, incapaz de disparar a atuação jurisdicional. Transcrevo:

Art. 330. A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

[...]

§ 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - contiver pedidos incompatíveis entre si.

Como se percebe, as hipóteses de inépcia dizem respeito a **vícios lógicos intrínsecos à petição inicial**, à qual falta: (i) narrativa fática ou jurídica; (ii) pedido determinado; (iii) correlação entre os fatos descritos e as consequências jurídicas pretendidas; (iv) coerência entre as providências pleiteadas.

É de especial importância para a AIJE a exigência de correlação lógica entre fatos descritos e a imputação de práticas abusivas. Isso porque, tal como visto acima, o art. 22 da LC nº 64/90 impõe que sejam apontados "indícios e circunstâncias" que confirmam suporte à ação. Quando insuficientes esses elementos, a ação deve ser extinta em seu nascedouro.

A preocupação com o manejo responsável da AIJE é, ademais, reforçada pelo art. 25 da LC nº 64/90, que tipifica como crime o ajuizamento temerário de

demanda que pode levar à declaração de inelegibilidade.

É certo que, na hipótese, não se está diante dessa circunstância extrema, pois “o ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral com base apenas em elementos indiciários ou prova pouco robusta não basta, por si só, para condenação por litigância de má-fé e/ou configuração do crime previsto no art. 25 da LC nº 64/1990, tendo em vista a necessária comprovação da intenção de alterar a verdade dos fatos, da deslealdade e do abuso de direito” (AIJE nº 0601779-05, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 11/03/2021).

No entanto, em segunda análise da petição inicial, em cotejo com a preliminar de inépcia suscitada pelo investigado Leandro Victorino de Moura, tampouco é possível considerar que a demanda, tal como proposta, tenha preenchido requisitos mínimos para que seja considerada viável.

A ação se ampara na alegação de que a campanha dos investigados foi ilicitamente beneficiada pela contratação de disparos em massa de mensagens de texto (SMS) feita a partir de número utilizado por órgão governamental. Afirma-se ainda que o custeio seria proveniente de fontes vedadas (pessoas jurídicas), omitidos da prestação de contas, e que foram indevidamente utilizados os dados pessoais de usuários do sistema Paraná de Inteligência Artificial (PIA), detidos pela empresa CELEPAR, contratada pelo Governo do Paraná.

A Coligação autora incluiu no polo passivo da demanda os candidatos apontados como beneficiários e os dirigentes das empresas CELEPAR e Algar Telecom, aos quais imputou “utilização indevida de dados”, “contratação de empresa terceirizada [...] para realizar os disparos de mensagens” e “uso da máquina pública”.

A petição inicial foi instruída com matérias jornalísticas que noticiaram o uso irregular do número 28523, associado ao Governo do Paraná, para realização dos disparos de caráter eleitoral, e nas notas divulgadas pelo Estado e pelas empresas envolvidas (IDs 158131035 e 158131036).

A petição inicial foi admitida porque a narrativa, **em tese**, se amoldava à figura típica do abuso de poder econômico e do uso indevido de meios de comunicação social, nos termos consignados no julgamento das AIJEs 0601986-80 e 0601771-28 (Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 22/08/2022), a saber: “o uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas, visando promover disparos em massa, contendo desinformação e inverdades em prejuízo de adversários e em benefício de candidato, pode configurar abuso de poder econômico e/ou uso indevido dos meios de comunicação social para os fins do art. 22, caput e XIV, da LC 64/90.”

Porém, **já na decisão de admissibilidade foi ressaltado que “as informações trazidas pela autora indicam que, aparentemente, as autoridades administrativas paranaenses agiram de forma efetiva para impedir a continuidade dos disparos em massa”. Também salientou-se que “a autora não forneceu indício que, nessa fase inicial do processo, evidencie de plano o envolvimento direto de Jair Bolsonaro e Walter Souza Braga Neto na consecução do ilícito”.**

Desse modo, a decisão de admissibilidade considerou a gravidade da conduta em tese relatada, e que ante a iminência do pleito, era necessário, primeiramente, “confirmar a eficácia das providências relatadas nas notas públicas, requisitando-se – não aos réus, pessoalmente, mas às empresas envolvidas – que esclareçam se os disparos irregulares cessaram”. Antecipou-se que, “uma vez prestadas essas informações, caso demonstrado que o risco persiste, o requerimento liminar será reexaminado”.

Ocorre que, embora os documentos citados nas matérias jornalísticas tenham, de início, constituído indícios de condutas que demandavam apuração, conclui-se, ao final da fase postulatória, assistir razão ao terceiro investigado ao suscitar a inépcia da petição inicial.

Isso porque, colhidas informações prévias a respeito dos fatos, constatou-se que as empresas instauraram procedimentos para apurar o ocorrido, demonstrando diligência compatível com o objetivo de elucidar o ataque a seus serviços. Não se extrai do apurado elemento mínimo que corrobore a hipótese de ação ilícita preordenada pelos investigados, sejam os candidatos ou os representantes das empresas contratante e contratada do serviço de mensagens.

A realização dos disparos ilícitos, a partir do número utilizado pelo Governo do Paraná, é incontroversa. Mas isso não comporta o salto lógico de afirmar que a campanha dos candidatos investigados se beneficiou de financiamento ilícito dirigido a meio vedado de propaganda eleitoral, em larga escala.

É ônus da parte autora construir uma narrativa minimamente verossímil sobre as condutas abusivas atribuídas às pessoas investigadas, o que, no caso presente, exigiria demonstrar liame mínimo entre os representantes das empresas ou os suspeitos da prática ilícita e os candidatos investigados ou sua coordenação de campanha.

A autora não se desincumbiu desse ônus inaugural.

Em primeiro lugar, os candidatos investigados foram apontados como meros beneficiários, sem que se descrevesse de que forma teriam atuado para coordenar, direta ou indiretamente, a suposta realização dos disparos ilícitos. Seja por contrato, seja por hackeamento.

Em segundo lugar, os documentos até aqui apresentados indicam possível ataque hacker, de que foram vítimas as empresas. Os disparos ocorreram a partir da **utilização indevida e não autorizada** de duas contas de credenciais de funcionários da Algar Telecom e da Celepar, acessadas por meio de **conexão não autorizada** de um dispositivo **não gerenciado pela Algar** à rede VPN da empresa. A ANPD concluiu que não houve violação, vazamento ou tratamento inadequado de dados coletados, armazenados ou processados pelo Governo do estado do Paraná ou pelas empresas envolvidas. Os fatos estão sob investigação da Polícia Federal.

Em terceiro lugar, não se sustenta o esforço da autora de remodelar a imputação com base em responsabilidade objetiva que seria atribuída a Leandro Victorino de Moura e Jean Carlos Borges em função do dever de guarda e segurança dos dados pessoais constantes dos bancos de dados das empresas que dirigem. A

inelegibilidade é sanção personalíssima, que exige demonstração de efetiva contribuição pessoal para o intento ilícito. No caso, estão ausentes evidências nesse sentido, sendo que a investigação contratada pela CELEPAR demonstrou que os disparos de SMS **não partiram do ambiente computacional da CELEPAR, não utilizaram dados pessoais hospedados pela empresa e não foram objeto de pagamento**, pois realizados fora do escopo do contrato nº 1109/2021, firmado com a empresa Algar.

Em síntese, **os elementos coligidos aos autos pelas empresas envolvidas e pela Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD, embora não sejam conclusivos quanto à autoria dos disparos, são uníssomos em indicar que o envio das mensagens foi realizado a partir de acessos externos à plataforma de envio de SMS, por meio de VPN, a partir de IPs registrados no exterior e sem participação do Governo do Paraná ou da Celepar, o que aponta no sentido de que os investigados não tiveram nenhuma participação nos fatos.**

Nessa situação, os requerimentos de prova como a requisição amplíssima de documentos, inclusive dados pessoais de servidoras e servidores públicos, revelam-se desproporcionais, razão pela qual se deve impedir que a ação sirva para realizar pescaria probatória (fishing expedition).

Assim, **em segunda análise, feita ao final da fase postulatória, conclui-se que não está suficientemente apresentada narrativa que, mesmo em tese, permita vislumbrar o abuso de poder político e econômico e o uso indevido dos meios de comunicação como decorrência dos fatos narrados.**

Ante o exposto, **acolho a preliminar de inépcia da petição inicial**, suscitada pelo investigado Leandro Victorino de Moura, e, nos termos do art. 22, I, da LC nº 64/90 c/c art. 354 e 485, IV, do **extingo o processo sem resolução do mérito.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de novembro de 2023.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral

